

“Entre vivos e mortos: uma reflexão sobre a ação da Igreja no terramoto de Lisboa de 1755.”

Resumo

O terramoto que devastou a cidade de Lisboa em novembro de 1755 deixou marcas permanentes não só no corpo como na alma dos habitantes da capital portuguesa. As descrições coevas, deixadas por todos aqueles que viveram os momentos que sucederam à catástrofe, são quadros vivos da religiosidade vivida naqueles tempos. O sentimento de culpabilização massiva, marcado pela maldição do pecado, era fortemente vincado pela ação da Igreja que revelava a imagem de um Deus infinitamente castigador e misericordioso. Numa sociedade desprovida de meios para combater os males naturais, a falta de proteção na terra era compensada por um elevado número de protetores celestiais, demonstrando fragilidade ou talvez impotência para fazer frente às adversidades. Os habitantes apavorados e totalmente indefesos ficaram sensíveis a implicações de carácter sobrenatural, que foi aproveitado por alguns pregadores.

O presente trabalho pretende, refletir sobre o impacto da ação da Igreja, na assistência às vítimas do terramoto de Lisboa em 1755. Através da análise das fontes, podemos observar que tal como seria de esperar, a Igreja e o Estado estiveram unidos e a atuação imediata dos dois poderes que governavam Portugal, no Antigo Regime, mostrava uma simbiose entre o trono e o altar numa monarquia católica, em altura de calamidade pública de grandes proporções.

Se enterrar os mortos para evitar a peste, tratar os vivos no socorro aos feridos e aos que ficaram sem casa, vestir os que se viam sem roupas, distribuir alimentos aos carenciados e restabelecer a ordem pública com severa punição do crime, foram ações prementes nos primeiros dias que se seguiram ao primeiro de novembro, também a prática religiosa para aplacar a ira divina a um Deus ofendido, não deixaram de merecer mútua colaboração. Prova disso são os editais régios e pastorais dos prelados, publicados à época. Mas tendo as informações que chegar a todos, a ilustrados e a

analfabetos, o púlpito tornou-se num importante veículo de informação apesar do rude golpe que sofreu a vida religiosa da capital, com a destruição de igrejas e conventos e a perda de membros do clero. Assim, pretende-se através da documentação coeva analisar a parenética e a ação da Igreja, de amparo material e espiritual, junto de vivos e mortos.

A dimensão dos estragos provocados pela calamidade que assolou Portugal no primeiro de novembro de 1755 é bem conhecida e os ecos dos acontecimentos motivaram as mais variadas reações, diferindo com a sensibilidade e formação de quem as exprimiam.¹ Pelos relatos, mais ou menos emotivos, sobre o acontecido em novembro de 1755, podemos deduzir algumas práticas religiosas e de culto do século XVIII, que foi marcado pela crescente dificuldade da Igreja em intervir na sociedade portuguesa, tendo esses obstáculos sido acentuadas durante o governo de D. José I, ou seja, na última metade da centúria.²

Este trabalho visa, reflectir sobre o impacto da ação da Igreja, na assistência às vítimas do terramoto de Lisboa.

Em 1750, quando Sebastião de Carvalho e Melo foi nomeado Secretário de Estado, a sua designação foi considerada uma boa escolha pelo núncio Lucas Tempi, quando escreveu para Roma, dando notícias do que se passava em Lisboa.³ As relações do poder com a Igreja começaram a afirmar-se através da luta que culminou com a expulsão dos jesuítas em 1759. O Marquês de Pombal, na linha do que se designava de despotismo esclarecido, pretendia a criação de um Estado, que, apesar de católico, fosse soberano face ao poder de Roma, da Igreja e do clero. Estas instituições seriam subordinadas ao poder da Coroa e não imiscuir-se na governação de D. José I.⁴ A intervenção do Estado impunha-se para acabar com as situações de exceção do clero, que imunes e usufruindo de vários privilégios, colocavam-se a si e aos seus bens fora da jurisdição da Coroa. Pombal selecionou algumas acareações estratégicas como

¹ Abreu, Laurinda, “O terramoto de 1755 e o Breve do papa Bento XIV”, Araújo, Ana Cristina; Cardoso, José Luis (et al), *O terramoto de 1755: impactos históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2013, p. 238.

² Paiva, José Pedro, “A Igreja e o Poder”, Azevedo, Carlos Moreira *História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, Vol. 2, p. 302.

³ O núncio Lucas Tempi era bom conhecedor da realidade portuguesa, pelos seis anos que passou em Portugal. *Ibíd*em, p. 164.

⁴ O despotismo esclarecido, apesar de se afirmar já no século XVI, irrompe sobretudo na segunda metade do século XVIII. À semelhança de uma monarquia absoluta, tinha em vista o reforço do poder pessoal do soberano, em detrimento das regalias do clero e da nobreza, assim como dos particularismos municipais ou provinciais. Os déspotas usam o poder, como monarca absoluto, para racionalizar e unificar o governo dos povos sobre o seu domínio. Pode ler-se mais em Ramos, Luís de Oliveira, *D. Maria I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2007, p. 21.

meio de afirmar a supremacia do poder do Estado, que não se queria subjugado nem a Roma nem à Igreja. O processo que culminou com a perseguição aos jesuítas, agravou o mal-estar que esteve na origem do corte de relações com a Santa Sé, em 1760. Esta rutura, decretada em agosto de 1760 e que se prolongaria até à década de setenta, era do profundo desagrado de D. José I.⁵

As linhas orientadoras da doutrina do Marquês de Pombal baseavam-se no controlo absoluto do rei sobre a Igreja, podendo cobrar impostos ao clero, inclusive a décima.⁶ Apesar desta doutrina regalista, o Estado católico nunca foi posto em causa por Pombal.⁷ A aproximação do Estado a Roma, só voltaria a acontecer em 1770 (no pontificado de Clemente XIV) com a nomeação do novo núncio, Inocencio Conti, e a promulgação de um decreto régio que reatava as relações com a Santa Sé, iniciando-se então uma nova fase na governação de Pombal, que se caracterizava por uma reaproximação a Roma.⁸ Estas relações perduraram até 1834, altura em que se daria novo rompimento.⁹

Um dos personagens mais importantes do regalismo pombalista foi o padre António Pereira de Figueiredo (1725-1797), servidor de Pombal que agradou ao ministro pela forma sóbria como falava e escrevia sobre o terramoto de Lisboa, contrastando com os tons apocalípticos do Padre Malagrida.¹⁰ Os escritos do padre Pereira serviram de justificação doutrinal ao regalismo pombalista, no momento decisivo em que a Igreja

⁵ Paiva, José Pedro, op. cit., vol. 2, pp. 171-172.

⁶ A décima foi um imposto lançado em 1654 e que até 1762 nenhum monarca tinha conseguido executar.

⁷ Paiva, José Pedro, op. cit., vol. 2, pp. 171-174.

⁸ *Ibidem*, pp. 171-175. Existem documentos que relatam os cuidados encetados pelo Marquês de Pombal em dezembro de 1771 para ajudar as Irmandades da Nossa Senhora da Piedade e de São Marçal. Pode ler-se mais em Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Ministério do Reino*, liv. 416, fol. 6 e seguintes.

⁹ As relações entre Lisboa e Roma durante a monarquia liberal (1834-1910) foram sempre tensas. O primeiro grande confronto dos novos tempos aconteceu com a vitória dos liberais, em 1834 tendo estes, mantido as relações cortadas com Roma até 1841. Para esta rutura, contribuiu o tratamento que os liberais deram à Igreja, convictos de que um clero autónomo seria sempre um obstáculo ao seu poder. Assim, em 1834, no âmbito da Reforma geral eclesiástica delineada pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar e pelo Decreto de 30 de maio, foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens, ficando as de religiosas, subordinadas aos respetivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento absoluto. Todos os bens dessa origem foram secularizados e incorporados na Fazenda Nacional. *Collecção de Decretos e Regulamentos, Mandados Publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a Sua Entrada em Lisboa até à Instalação das Câmaras Legislativas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1835, 3ª série, p. 134.

¹⁰ Seabra, João, “A teologia ao serviço da política religiosa de Pombal: episcopalismo e concepção do primado romano na tentativa teológica do Padre António Pereira de Figueiredo”, *Lusitana Sacra*, 2ª série, 7, (Lisboa, 1955), p. 362.

se sujeitava ao poder real e permaneceram ao longo de todo o século XIX.¹¹ A opressão do regime regalista no sistema jurídico português, só terminou em 1940, com a celebração da Concordata, que regula por mútuo acordo e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a paz da Igreja e do Estado.¹²

O sentimento coletivo do povo de Lisboa no primeiro de novembro de 1755, traduziu-se em pânico e horror. Estando toda a natureza repleta de significado e sendo os terremotos paradigmas do mal, era difícil para a sociedade da época entender, que tipo de mal moral teria provocado tal calamidade. Para o povo, Deus mostrara a sua ira a inocentes e culpados, a santos e a pecadores, só que a população, fosse crente ou leiga, não conseguiu entender o grande número de igrejas destruídas, enquanto “os bordéis da Rua Formosa foram poupados”¹³. Estão descritas algumas explicações que surgiram na época, da parte de alguns elementos do clero, dando conta que “ Deus perdoa com mais facilidade as miseráveis criaturas que frequentam tais lugares do que aqueles que profanam a Sua própria casa.”¹⁴ A imediata atuação dos dois poderes que governavam esta sociedade do Antigo Regime, numa sincronia de definição das prioridades, fez notar uma harmonia entre o trono e altar.

A prioridade após o terremoto era enterrar os mortos ou lançar os cadáveres ao largo da barra para evitar a peste. Tratar dos sobreviventes, socorrer os feridos e os que ficaram sem teto, vestir os que ficaram sem roupas, restabelecer a ordem pública punindo severamente o crime e distribuir alimentos aos carenciados, era também imperioso. A prática religiosa, sobretudo as preces públicas para aplacar a cólera de um Deus que se pensava ofendido, não deixaram de merecer mútua colaboração entre o Estado e a Igreja, tendo o Papa Bento XIV enviado a D. José I, a dez de dezembro, uma carta de comoção sobre o terremoto, manifestando o seu pesar pelo acontecido.¹⁵ Mostrava-se assim a união entre Igreja e o Estado, como aliás seria de esperar. Mas as

¹¹ Entende-se por regalismo a supremacia do poder civil sobre o eclesiástico. O regalismo pombalino define-se pela plenitude do poder régio face ao poder papal e eclesiástico pela denuncia da ilegitimidade temporal de ambos e em simultâneo apoia-se a reforma da Igreja, como coadjuvante no processo de tornar efetiva essa mesma jurisdição. Pode ler-se mais em Castro, Zília Osório de, “Antecedentes do regalismo pombalino”, Polónia, Amélia (coord.); Ribeiro, Jorge Martins; Ramos, Luis A. Oliveira, *Homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, 2001, vol. I, p. 323.

¹² Seabra, João, op. cit., 7, p. 402.

¹³ Marques, João Francisco, “A acção da igreja no terremoto de 1755: Ministério Espiritual e Pregação” *Lusitana Sacra*, 2ª série, 18, (Lisboa, 2006), p. 220. Tavares, Rui, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 17.

¹⁴ Neiman, Susan, *O mal no Pensamento Moderno. Uma História Alternativa da Filosofia*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p. 239.

¹⁵ ANTT, *Bulas*, mc. 62, nº 4.

informações necessitavam de chegar a todos, analfabetos e letrados e ser acompanhadas de apelos que emocionassem e gerassem inteiro cumprimento. Neste sentido, a ação do púlpito era importante, surgindo com enorme relevo e eficácia, pois “em todas as epochas serviu o púlpito em Portugal para tratar dos negócios públicos”.¹⁶

As medidas tomadas pelas autoridades civis de Lisboa, nas localidades mais afectadas, para debelar e controlar os efeitos imediatos do terramoto foram muitas, tendo o Patriarcado, pelas pastorais manuscritas de onze de novembro e dois de dezembro, produzido, de imediato, orientações pastorais e eclesiais aos párocos das dioceses do reino. Estes elementos do clero promoveram, junto dos povos, procissões de Ação de Graças, penitências públicas e particulares, confissões e demais atos de virtudes.¹⁷ O clero mobilizou-se de forma particularmente ativa, em sermões e atos religiosos, chamando o povo à contrição e à penitência.

As procissões não paravam de organizar-se e, em setembro de 1756, amiudaram-se com a vinda de novos abalos.¹⁸ Foram muitos os cortejos de desagravo dentro de uma atmosfera de tragédia, feita de espíritos apavorados pelas profecias e pelo receio da ira divina. Os jejuns, as confissões e as penitências, disciplinadas pelas pastorais do Cardeal Patriarca D. Manuel, tinham entrado nos costumes da população de Lisboa.¹⁹ Os habitantes responderam aos atos religiosos de forma efusiva nos meses e anos que se seguiram ao terramoto, tendo os excessos obrigado as autoridades a promover medidas de contenção.²⁰

Os desalojados, acamparam nas praças e cercas dos conventos, nas praias, nos campos e em vários locais da cidade. Foram construídas barracas para proteger o povo do inverno que se tinha iniciado rigoroso e com repetidas chuvas. Para estas proteções, foi utilizado grande quantidade de pano que havia nos armazéns reais e que D. José mandou emprestar. Foram também usados os panos das velas de navios que se

¹⁶ Marques, João Francisco, op. cit., 18, p. 221. Branco, Manuel Bernardes, *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1888, vol. III, p. 722

¹⁷ As procissões eram efectuadas para louvar e honrar Deus e os santos e para que os cristãos, fieis à doutrina católica, pudessem mais facilmente, alcançar soluções para os seus problemas. Pode ler-se mais em *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra, feitas e ordenadas em Synodo pelo Illustrissimo Sør Dom Affonso de Castel Brãco Bispo de Coimbra, Cõde de Arganil, & do Cõselho del Rey N.S.* Coimbra: Antonio de Mariz, 1591, pp. 115-116.

¹⁸ Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto, subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, vol. IV, p. 272

¹⁹ Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto, subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917, vol. II, p. 270.

²⁰ Capela, José Viriato; Matos, Henrique, *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Minhografe, 2011, p. 108

encontravam na Ribeira das Naus e como não tivesse chegado, foi ainda usado o brin e lona que havia nas lojas de Lisboa e casas de estrangeiros.

No Largo do Rato, foram construídas numerosos abrigos deste género, que ficaram durante décadas, pois muita gente por altura do terramoto fugiu para esta parte da cidade que foi menos afetada que a parte com mais densidade populacional. As barracas, passados alguns meses, passaram a ter a parte frontal de tabique e mais tarde de pedra e cal. Em junho de 1758, foi ordenado que não se permitisse mais a construção destes abrigos nos referidos terrenos, sendo que, uma destas barracas abrigou os Carmelitas Calçados do Mosteiro do Carmo. Em 1762, na Rua de Monserrate, havia ainda 80 barracas, algumas só demolidas em 1848 e outras em 1852.²¹ Em inícios de janeiro de 1756, muitas eram as barracas que supriam as necessidades das igrejas.²² As terapias mais usadas nos dias que se seguiram ao terramoto foram as orações e dentro ou fora das barracas, todos louvavam o Senhor rezando e cantando em voz alta.²³

A exemplo do que aconteceu em alguns locais da capital, na freguesia de São Mamede, a igreja desapareceu. Quarenta paroquianos que nela assistiam à missa faleceram na derrocada de parte do templo e o incêndio que se seguiu completou de um modo irreparável essa destruição. Apenas, e a muito custo, se conseguiu salvar a píxide onde estava o Santíssimo Sacramento e, mais tarde, uma imagem de São Sebastião da Saúde que se encontrou entre os escombros da capela de Santo António.²⁴ O estrago em toda a área desta freguesia foi enorme. O abalo e o incêndio transformaram-na num monte de ruínas, de forma tal que, em 1756 apenas residiam nesta freguesia 326 pessoas, tendo o resto da população da freguesia migrado para locais menos afetados pelo abalo.²⁵

A Igreja Patriarcal ficou sepultada nas suas próprias ruínas, matando algumas pessoas que assistiam à missa, e que, com a confusão demoraram a sair do local onde se encontravam na altura em que a terra tremeu. Foram os sacerdotes os primeiros a sentirem o castigo divino, que por ser dia festivo se encontravam nas igrejas tendo uns

²¹ Sequeira, Gustavo. de Matos, op. cit., Vol. IV, p. 169.

²² Cardoso, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa-correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli: Arquivos secretos do Vaticano*. Lisboa: Alétheia, 2013. p. 67

²³ Cameira, Maria Cecília, “Sacralização e práticas religiosas”, Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*. Lisboa: Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012, p. 329

²⁴ Sequeira, Gustavo, de Matos, op. cit., vol. IV, p. 199.

²⁵ *Ibíd*em, p. 199.

ficado sem vida e outros feridos nos escombros.²⁶ A destruição dos templos também trouxe consequências para a regulação do ritmo do dia-a-dia, pois o toque dos sinos e dos relógios das igrejas passou a ser feito pelo sol, que, em dias de céu encoberto dificultava o acerto das atividades diárias.²⁷

“Ausentava-se a luz dô sòl é a noite sempre em todo o tempo triste, agora parecia mais horrorosa, que nunca, porque faltando a alegria dos sinos, e a harmonia dos relógios, era tudo hum pavoroso silencio, que fazião mais triste os mesmos animais emmudecidos.”²⁸

Os que sobreviveram à ruína dos templos, ainda com as vestes que usavam no primeiro de novembro, ministravam os sacramentos, absolviam uns e esperavam ser absolvidos por outros. Faziam-se confissões públicas, e segundo relatos de fontes coevas, perdoavam-se ódios antigos, tratando cada um de aplacar a ira divina.²⁹

Os religiosos, por incumbência do Cardeal Patriarca de Lisboa, prestaram apoio espiritual e ao terceiro dia pós terramoto depois de retirar os corpos das ruínas, começaram a dar-lhes sepultura.³⁰ Muitos saíram dos conventos munidos de escadas e padiolas para benzer os corpos e enterra-los o mais condignamente possível. Outros ocuparam-se dos corpos que ficaram soterrados nas igrejas ou cobriam com cal aqueles que não era possível mover dos escombros. Passado dois a três anos ainda se desenterravam ossadas para transladar para cemitérios. As religiosas do Convento de

²⁶ Cameira, Maria Cecília, op. cit., p. 322.

²⁷ *Ibídem*, p. 328. O sino, instrumento de percussão e um idiofone de origem oriental, difundiu-se amplamente pelo mundo cristão ocidental. É um instrumento emblemático para a civilização do Ocidente, em especial a parte que professa a religião católica e as suas badaladas já foram bem mais influentes na organização da vida das pessoas. Estes instrumentos sonoros eram em muitas localidades o único veículo de comunicação, mandando mensagens para a população. Os dobres e os repiques informavam os horários das missas, enterros, homenagens a santos, festas religiosas e outros acontecimentos importantes para a comunidade. Os sinos funcionariam como marcadores temporais, desde os séculos VI e VII e o tempo da Igreja soado em torres de mosteiros e catedrais passaram a regular não apenas a vida dos homens da Igreja mas também das comunidades. Pode ler-se mais em Le Goff, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1984, vol. II, p. 345.

²⁸ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *História universal dos terremotos, que tem havido no mundo, de que ha noticia, desde a sua criação até ao século presente*. Lisboa: Oficina de Antonio Vicente da Silva, 1758, p. 122.

²⁹ Sousa, José de Oliveira Trovão, *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa*. Coimbra: Oficina de Luis Secco Ferreyra, 1755, pp. 5-7.

Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, op. cit., p. 118.

³⁰ Loureiro, Sara, “As aflições dos corpos e das almas” Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*. Lisboa: Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012, pp. 301-302

Nossa Senhora de Belém, foram enviadas pela cidade, juntamente com confessores para que se ministrassem os sacramentos aos moribundos.³¹

Pregaram também muitos leigos, inclusive mulheres, pois temiam a ira Divina e receavam que as réplicas destruíssem o que restara da cidade e as suas vidas. Todos se tentavam reconciliar, esqueciam-se as inimizades e os ódios em que viviam. Alguns laicos reconheceram os seus erros e tornaram-se crentes.³² Muitos hereges foram convertidos e batizados, renegando erros antigos.³³ Todas as congregações religiosas abriram as suas portas, onde se recolheram centenas de famílias.³⁴

A cinco de novembro de 1755, D. José I mandou publicar uma carta de agradecimento ao clero pelo trabalho efectuado, com a rápida sepultura dos cadáveres. Dizia o rei que foram vistos muitos religiosos de enxadas nas mãos e às costas, a trabalhar com muita dedicação. Refere que o exemplo dado por estas pessoas do clero foi um bom modelo para todos os habitantes de Lisboa.³⁵

As missas tornaram-se num ritual de risco, pois as igrejas e ermidas que resistiram ao terramoto, foram os locais escolhidos para celebrar o santo officio. Acontecia que, quando surgia novo abalo, todos fugiam, incluindo os padres que levavam os cálices e ministério para fora das igrejas, até que o susto passasse, sendo então retomados os officios.³⁶ Assim, o Cardeal Patriarca ordenou que se colocassem altares portáteis nos campos, para que todos os sacerdotes lá celebrassem missa e administrassem os sacramentos aos fieis que aí se encontravam. Eram incontáveis, todos os que diariamente frequentavam os sacramentos da penitência e comunhão, tendo sido desta forma que se celebrou a missa durante muito tempo.³⁷ Alguns relatos mostram a intensidade do que se viveu:

“Ontem de manhã disse missa no campo. Leva-se o sacramento aos moribundos, benzem-se os terrenos para sepultar os mortos que são aos milhares, pois as igrejas caíram em grande numero e as que resistiram podem ainda tornar-se em ruínas.”³⁸

³¹ Cameira, Maria Cecília, op. cit., p. 328.

³² Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, op. cit., p. 119.

³³ Sousa, José de Oliveira Trovão e, op. cit. p. 5.

³⁴ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, op. cit., p. 125.

³⁵ Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das Principaes Providencias que se derão no Terremoto que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755*. [S.l.]: 1758, p. 54

Cardoso, Arnaldo Pinto, op. cit., p. 33.

³⁶ Cameira, Maria Cecília, op. cit., p. 328.

³⁷ Cardoso, Arnaldo Pinto, op. cit., p. 130.

³⁸ *Ibíd.*, p. 21.

Como consequência das insuficientes instalações para o culto, os párcos foram obrigados a construir casas de madeira ou a mudarem-se para outros locais. Um dos grandes problemas era onde guardar com segurança o sagrado Viático, tendo alguns religiosos passado dias e noites com o cibório nas mãos enquanto entoavam cantos e orações.³⁹

O Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Tomás da Silva Teles, solicitou autorização, para poder mandar rezar missa numa barca de madeira que construiu. Justificou o pedido afirmando que se encontra em Mafra com a sua numerosa família, que o terramoto tinha destruído o oratório da casa. A igreja paroquial estava em ruínas e o convento mais próximo era longe.⁴⁰

A oito de março de 1756, D. José solicitou ao Papa Bento XIV a nomeação de S. Francisco de Borja para patrono e protetor do reino e dos seus domínios, contra os terramotos. O Santo Padre enviou um Breve a vinte e quatro de maio, aceitando o que lhe fora solicitado.⁴¹ Desta forma, a primeira celebração em honra de S. Francisco de Borja, padroeiro de Portugal contra os terramotos, foi a dez de outubro de 1756, tendo a festividade sido realizada na Igreja de S. Roque da Companhia de Jesus, em Lisboa. A fechar o cortejo ia o andor do Santo, seguido pelos religiosos inacianos e ainda o Arcebispo de Lacedemónia, vigário geral do Patriarcado.⁴² Este santo jesuíta era já de grande devoção noutros países da Europa e América. Porém, a política anti-jesuíta de Pombal, já em curso, fez com que o seu culto não fosse seguido por todos e ficasse limitado no tempo.⁴³

Em agosto de 1756, Bento XIV enviou um novo Breve, com a contribuição papal à situação de emergência vivida na capital portuguesa. Este Breve continha ainda o impresso “Letras apostólicas em forma de breve do santíssimo padre Benedito XIV

³⁹ Cameira, Maria Cecília, op. cit., p. 326.

⁴⁰ ANTT, *Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 28, n. ° 2

⁴¹ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 9, fol. 143.

Brochado, Adelaide, “Cronologia do Manuscrito”, Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*. Lisboa: Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, 2012, p. 339.

⁴² Marques, João Francisco, op. cit., p. 240.

⁴³ Por este facto é usual encontrar-se em coletâneas, inúmeros textos em forma de orações, bênçãos e novenas, dedicados a outros santos protetores tais como: Santa Águeda, Santa Barbara, Senhor Jesus dos Terramotos, entre outros. Em Espanha, na Gaceta de Madrid, uma semana após o terramoto aparece uma “ Breve noticia del Patronato de San Francisco de Borja en muchas ciudades y Reynos, contra el peligro de Temblores de Tierra, en que es especialíssimo abogado, con las deprecaciones del Santo.” Pode ler-se mais em Martinez, Cal, “La información en Madrid del terremoto de Lisboa de 1755”, *Cuadernos Dieciochistas*, 6 (Universidad de Salamanca, 2005), pp. 178.

expedidas *sub annulo piscatoris* no dia 25 de mês de Agosto do ano de 1756, e ordens régias emanadas em consequência delas sobre a reedificação das paróquias e igrejas desta cidade de Lisboa”.⁴⁴ Bento XIV participou também no Tríduo de oração realizado na igreja de Santo António de Roma nos dias 22, 23 e 24 de dezembro do mesmo ano. Estas orações, com exposição do Santíssimo, tiveram como objetivo agradecer a misericórdia de Deus, por ter protegido a vida de D. José I e toda a família real, tendo sido concedido indulgência plenária a quem nelas participasse.⁴⁵

O Papa foi generoso nas graças e nas faculdades delegadas no Patriarca de Lisboa, mas que a corte deixou cair no esquecimento, por mais de uma década.⁴⁶ A ajuda económica oferecida era considerável, com uma duração prevista de quinze anos, contados a partir do dia em que Portugal assumisse o compromisso de execução do referido documento pontifício. Tinha como destino último, a recuperação e reconstituição dos edifícios religiosos que ficaram destruídos com o terramoto.⁴⁷ Roma, também autorizava que os novos edifícios que fossem construídos, pudessem não ser edificados no local dos que tinham sido destruídos.⁴⁸

Esta mudança foi justificada pela provável dificuldade em aceder ao local das antigas igrejas, sendo que o valor obtido na venda das terras devia ser aplicado na compra de novos terrenos e tudo o que fosse necessário para a sua edificação. Ao Cardeal Patriarca era concedida autoridade apostólica para fazer com que tudo se cumprisse. Debaixo da sua alçada ficaram também todos os que não respeitassem as ordens de Roma.⁴⁹

Apesar da situação económica do país ser preocupante, o documento enviado pelo Papa não foi executado com a brevidade esperada, sendo arrastado no tempo o restauro e a construção dos edifícios religiosos. Passados dois anos sobre o trágico

⁴⁴ ANTT, *Códices e documentos de proveniência desconhecida*, n.º 153, fol. 136-147.

⁴⁵ Cardoso, Arnaldo Pinto, op.cit., pp. 100-108.

⁴⁶ Abreu, Laurinda, op. cit., p. 237.

⁴⁷ A proveniência dos dinheiros que o Papa oferecia contemplava todas as rendas de origem eclesiástica, estando apenas isentos os padres os párcos que apenas usufruíam de emolumentos dos funerais, batismos matrimónios e outros rendimentos incertos provenientes da Estola. Era ainda vontade do Papa que durante os quinze anos que se seguiam ao terramoto, fossem doados todos os bens deixados às igrejas paroquiais e colegiais, pela celebração de missas, aniversários e outros encargos. *Ibidem*, p. 238.

⁴⁸ Tal como se pode constatar no requerimento do prior e beneficiados da igreja de São Nicolau de Lisboa sobre a reconstrução da igreja após o terramoto. ANTT, *Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II*, mct. 21, n.º 28 (sem fólho)

⁴⁹ Abreu, Laurinda, op. cit., p. 239.

primeiro de novembro, as freguesias encontravam-se ainda devastadas enquanto casas nobres eram reconstruídas a bom ritmo, sendo gastas avultadas verbas.⁵⁰

Perante a morosidade do processo, o Vaticano dirigiu a Portugal ampla correspondência que foi gerida pela tutela de uma forma lenta, tendo somente em junho de 1768 o processo sido desbloqueado pela corte. Coube ao Patriarca de Lisboa o compromisso de mandar cumprir as graças que há cerca de treze anos, tinham sido concedidas pelo Papa. A razão de tal demora foi justificada pelo rei, com o facto de, àquela data, Lisboa já estar com a aparência que deveria ficar para o futuro, tratando-se então de uma gestão política do tempo, não estando em causa as benfeitorias económicas que a aplicação do Breve iria trazer. Ao prescindir da ajuda de Roma aquando da sua oferta, Portugal procedeu de forma semelhante ao que fizera com o auxílio oferecida por alguns países mais próximos.⁵¹

O Breve de Bento XIV aplicou-se quando e como a corte portuguesa o entendeu e apesar do Patriarca ser o responsável perante a Santa Sé de nomear os executores do documento apostólico, as escolhas foram sempre do monarca e impostas ao representante do Papa. Este foi avisado por documento, em dezasseis de junho de 1768, que D. Luís da Câmara Coutinho tinha sido nomeado por D. José I como responsável pela aplicação de todo o processo. Com todas estas alterações, as hipóteses de Roma interferir na reconstrução de Lisboa eram escassas.

Foi o próprio Marques do Pombal que, em setembro de 1769, defendeu em Conselho de Estado o reatamento das relações com a Santa Sé, reabrindo a ligação entre estes dois Estados. Esta comunicação foi de facto efetiva e agradou ao Vaticano, pois quando termina o reinado de D. José I, apenas se tinham cumprido nove dos quinze anos previstos para a aplicação do Breve. Tendo passado mais de duas décadas sobre o terramoto que destruiu a capital, muito havia que fazer para recuperar todo o património religioso e este argumento foi usado para solicitar um alargamento do prazo. O Papa acedeu ao pedido, tendo mesmo, em novo Breve de quinze de Julho de 1783, garantido a prorrogação do prazo sem limites temporais, desde que se cumprissem os propósitos do Vaticano, tendo desta forma o Estado continuado a receber parte das rendas das igrejas e das verbas das missas celebradas em Lisboa.⁵²

⁵⁰ *Ibidem*, p. 240.

⁵¹ *Ibidem*, p. 241.

⁵² *Ibidem*, p. 244.

É sabido que nos dias que se seguiram ao terramoto, foram tomadas algumas medidas que provocaram profundas transformações na sociedade portuguesa, alterando para sempre alguns quadros de referência existentes. Este acontecimento propiciou circunstâncias favoráveis a um poder autoritário que, associado ao afastamento dos jesuítas deixou a Igreja portuguesa fragilizada, facilitando a ação do governo.

Em 1758, o cardeal publicou um edital, onde suspendia os regulares da companhia de Jesus dos exercícios de confessar e pregar no seu patriarcado.⁵³

Em dezembro do mesmo ano, os jesuítas foram intimados pelo cardeal Saldanha, entretanto nomeado patriarca, a não sair de suas casas sob pena de pecado mortal. Em Janeiro de 1759, o provincial, padre João Henriques, foi feito prisioneiro e deu-se início ao sequestro dos bens da Companhia. Em junho, surgiu a proibição de ensinar, extensiva a todos os territórios portugueses e, finalmente, a três de Setembro, foi publicado o decreto de expulsão.⁵⁴

Esta ordem foi saudada com júbilo por outras, que viam nos jesuítas um impedimento ao seu desenvolvimento. No calor dos acontecimentos, foram queimados todos os seus livros, o que constituiu um duro golpe para o desenvolvimento intelectual do reino. Em abril de 1768, Pombal criou a Real Mesa Censória, que tinha como objetivo principal transferir para o Estado a fiscalização de todas as obras que se pretendiam publicar ou divulgar no reino, tarefa que até então estava a cargo do Tribunal do Santo Ofício, Desembargo do Paço e do clero Ordinário. A este organismo ficaram entregues os serviços de censura, usados por vezes para se livrarem dos que o incomodavam. Mas, apesar de toda a reprovação, algumas obras continuavam a circular às escondidas, discutidas em clubes, e por vezes, escritas nas masmorras, por quem esperava pela morte sem um julgamento justo.

Quanto ao clero, os padres aceitavam qualquer encomenda para rezar missas não se preocupando muito em saber a origem da intenção pela qual o ofício era celebrado, desde que lhes pagassem a tarifa estabelecida. Em setembro de 1769, quando são proibidos por lei de receberem dinheiro por missas que não tinham possibilidade de celebrar, o pagamento era feito em travessas de arroz doce, pombos ou figos.⁵⁵ A população proclamava o nome de Deus e acreditava em milagres, pois estes

⁵³ ANTT, *Armário Jesuítico*, liv. 1A, nº 9

⁵⁴ Gonçalves, Nuno da Silva, “Jesuítas (Companhia de Jesus)”, Azevedo, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, vol. J-P, pp. 21-31.

⁵⁵ Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil, 2005, p. 175.

constituíam a prova da Sua bondade e em simultâneo a Sua força. Temia-se a morte e o juízo final e vivendo-se em barracas de madeira ou lona, ou tendo como paredes a ruína ainda existente, o povo não se sentia ameaçado pela riqueza que a Igreja ostentava. É verdade que as festas religiosas apresentavam algumas configurações pagãs, mas não eram de todo laicas. O povo sentia necessidade do repicar dos sinos e das procissões, que, naquele tempo, eram muitas. Havia a necessidade de pedir o fim do flagelo que tinha assolado Lisboa, sendo este por vezes considerado como resultado de comportamentos “menos cristãos”.⁵⁶

No dia treze de novembro foi enviado pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, ao Marquês de Pombal, um pedido de parecer, sobre a realização anual de uma procissão de ação de graças, pelo facto da vida do rei e da família real ter sido poupada, aquando o terramoto. Desta consulta decorreu um parecer positivo.⁵⁷

A procissão realizou-se em honra de Nossa Senhora, com a presença do referido Patriarca, do Senado da Câmara, do clero, da família real e de toda a corte, passando a repetir-se todos os anos, no segundo domingo de novembro. No dia treze do mês seguinte voltou a realizar-se uma procissão invocando a Misericórdia de Deus e a proteção dos Santos, que contou também com a presença do Senado da Câmara, Prelado, religiosas de todas as ordens, senhores da corte e muito povo. Esta procissão, onde todos iam descalços, era conduzida pelo Arcebispo de Lacedemonia, D. José Dantas Barbosa e no final da mesma, os padres da Congregação do Oratório, lavaram com água quente, os pés de quem os acompanhou. Este ato foi acompanhado pelo núncio papal, Monsenhor Filipe Acciaoli.⁵⁸ Muitos outros atos semelhantes foram realizados por todos os credos.⁵⁹ Nos tempos que se seguiram ao terramoto, este tipo de manifestações religiosas eram programadas com a ajuda do Estado, sendo colocadas armações e toldos nas ruas e tomadas todas providências necessárias para a sua realização.⁶⁰

⁵⁶ Azevedo, Carlos A. Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. P-V, p. 67.

⁵⁷ Chantal, Suzanne, op. cit., p. 176

⁵⁸ Pereira, António, *Commentario Latino e Portuguez sobre o terramoto e incendio de Lisboa de que soy testemunha ocular*. Lisboa: Na oficina de Miguel Rodrigues, 1756, p. 29.

⁵⁹ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, op. cit., p. 148.

Existem outras fontes que indicam que esta procissão se realizou dia nove e que quando terminou se celebrou missa cantada com todas as cerimónias. Esta procissão solene de ação de graças a Nossa Senhora foi precedida pelo Arcebispo José Dantas Barbosa e por determinação régia doravante seria efetuada com periodicidade anual e na mesma data. Pode ler-se em: Cameira, Maria Cecília, op. cit., p. 330.

⁶⁰ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 9, fol. 323.

Com o intuito de conhecer os danos provocados pelo terramoto e as reações do povo, o Marquês de Pombal realizou em 1756 um inquérito, exclusivamente para apurar, em todo o reino e em cada paróquia, as repercussões do terramoto do ano anterior.⁶¹ Para a sua realização, poderá ter sido instruído pela Academia Real de História, pois apresenta semelhanças aos inquéritos anteriores e posteriores, realizados por aquela instituição.⁶²

Foram formuladas treze questões e distribuídos os exemplares pelas paróquias do reino, pois sabia-se ser esta a forma mais expedita de o fazer chegar a todas as partes. O inquérito continha questões que revelam um espírito científico, o que nos dá um relato bastante fiável dos acontecimentos. As questões levantadas foram as seguintes:

- 1º. – A que horas principiou o terramoto do primeiro de novembro e que tempo durou?
- 2º. – Se se percebeu que fosse maior o impulso de uma parte que de outra? Do norte para sul, ou pelo contrário, e se parece que caíram mais ruínas para uma que para outra parte?
- 3º. – Que número de casas arruinaria em cada freguesia, se havia nela edifícios notáveis, e o estado em que ficaram?
- 4º. – Que pessoas morreram, se algumas eram distintas?
- 5º. – Que novidade se viu no mar, as fontes e nos rios?
- 6º. – Se a maré vazou primeiro, ou encheu, a quantos palmos cresceu mais do ordinário, quantas vezes se percebeu o fluxo, ou refluxo extraordinário e se se reparou, que tempo gastava em baixar a água, e quanto a tornar a encher?
- 7º. – Se abriu a terra algumas bocas, o que nelas se notou, e se rebentou alguma fonte de novo?
- 8º. – Que providências se deram imediatamente em cada lugar pelo Eclesiástico, pelos Militares e pelos Ministros?
- 9º. – Que terramotos têm repetido depois do primeiro de Novembro, em que tempo e que dano têm feito?
- 10º. – Se há memória de que em algum tempo houvesse outro Terremoto e que dano fez em cada lugar?
- 11º. – Que número de pessoas tem cada Freguesia, declarando, se pode ser, quantas há de cada sexo?
- 12º. – Se se experimentou alguma falta de mantimentos?
- 13º. – Se houve incêndio, que tempo durou, e que dano fez?

⁶³

⁶¹ Amorim, Inês, “Para além do medo, temor, susto e pasmo: respostas da provedoria de Aveiro aos inquéritos de 1756”, Araújo, Ana Cristina (et al.), *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 61.

⁶² Sobre este e outros inquéritos do século XVIII, pode ler-se Chorão, Maria José Mexia Bigotte, “Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII” *Revista de História Económica e Social*, nº 21, (1987), pp. 93-130; Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, *As freguesias do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758, memórias História e Património*. Braga: Universidade do Minho, 2009, pp. 20-22.

⁶³ ANTT, *Ministério do Reino*, mc. 638.

O inquérito foi distribuído com a indicação de que os párocos deviam ser céleres na resposta. Numa carta enviada ao Palácio Episcopal de Coimbra em onze de fevereiro de 1756 refere-se:

“Fazemos saber, que sua Magestade he servido que nos mande a sua resposta, para nos a pormos na Sua Real Presença, o que Vossa mercê fará dentro d’hum mez, aproveitando-se desse tempo para conferir os pontos duvidosos com pessoas inteligentes, e peritas que comuniquem á Vossa mercê a luz necessária para o acerto.”⁶⁴

Uma parte importante das respostas ao inquérito do Marquês de Pombal, como ficou conhecido, foram já descobertas no século XX e testemunharam não só o impacto físico e demográfico, mas também sócio religioso da calamidade junto das comunidades. Estas exprimem as primeiras reações das comunidades paroquiais e relatam os primeiros dias de pânico, enquanto esperavam novas réplicas. Relatam ainda as movimentações religiosas espontâneas, as orientações e diretrizes das autoridades eclesiásticas, bem como as primeiras medidas postas em prática para a conversão religiosa e seus desenvolvimentos imediatos.⁶⁵

Em 1758 um outro inquérito à escala nacional foi enviado pela Coroa, aos párocos, através da Secretaria de Estado do Reino, com ordem para que enviassem novas descrições das suas freguesias, o que a maior parte cumpriu ainda no mesmo ano. Esta nova inquirição surgiu, pois o “Dicionário Geográfico do Reino de Portugal” perdeu-se nas ruínas do terramoto de 1755. Este documento era composto com as memórias dos párocos do reino e tinha sido elaborado pelo padre Luís Cardoso da Congregação do Oratório de Lisboa.⁶⁶

As respostas aos párocos resultaram na organização de 41 volumes que ficaram conhecidos por “Memórias Paroquiais”. Este inquérito não é novidade para a época, pois inseria-se num conjunto de iniciativas idênticas realizadas ciclicamente pelo Estado, no seu esforço centralizador, tendentes ao conhecimento das realidades locais. Apesar das iniciativas referidas se terem verificado na sua maior parte no século XVIII, já na centúria anterior, um pedido régio de 20 de dezembro de 1639, ordenou aos corregedores e provedores do reino informações sobre as “cidades, villas, lugares

⁶⁴ ANTT, *Ministério do Reino*, mf. 7497, 7498 e 7499

⁶⁵ ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 638.

⁶⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais, 1722/1832*, vol. 44, mf. 2301. Pode também ler-se sobre este assunto em Braga, Joana, *Memórias Paroquiais: índice*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2014.

e concelhos” de cada comarca,

“com distinção das legoas que ha de cada hũa a cabeça da coreisao, e de huns lugares a outros e que vizinhos haver em cada hũ delles, e quaes são de donatarios com a declarasao de seus nomes e da jurisdisao que nelles tem e quantos officios ha em cada h apresentasao são, e o que cada hũ podera render”.

As respostas dividiram-se entre abril e setembro de 1640.⁶⁷

Os itens do inquérito de 1758, foram divididos em três partes: a terra, a serra e os rios e foi solicitado que as respostas viessem em letra legível e sem abreviaturas. No que respeita à terra, as 27 questões colocadas foram as seguintes:

1. Em que província fica, que bispado, comarca, termo e freguesia pertence? 2. Se é d'el-rei, ou de donatário, e quem o é ao presente? 3. Quantos vizinhos tem e o número das pessoas? 4. Se está situada em campina, vale, ou monte, e que povoações se descobrem dela, e quanto dista? 5. Se tem termo seu, que lugares ou aldeias compreende, como se chamam, e quantos vizinhos tem? 6. Se a paróquia está fora do lugar, ou dentro dele, e quantos lugares, ou aldeias tem a freguesia, todos pelos seus nomes? 7. Qual é o orago, quantos altares tem, e de que santos, quantas naves tem; se tem irmandades, quantas, e de que santos? 8. Se o Pároco é cura, vigário, ou reitor, ou prior, ou abade, e de que apresentação é, e que renda tem? 9. Se tem beneficiados, quantos, e que renda tem, e quem os apresenta? 10. Se tem conventos, e de que religiosos, ou religiosas, e quem são os seus padroeiros? 11. Se tem hospital, quem o administra, e que renda tem? 12. Se tem casa de Misericórdia, e qual foi a sua origem, e que renda tem; e o que houver notável em qualquer destas cousas? 13. Se tem ermidas, e de que santos, e se estão dentro, ou fora do lugar, e a quem pertencem? 14. Se acode a eles romagem, sempre, ou em alguns dias do ano, e quais são estes? 15. Quais são os frutos da terra que os moradores recolhem em maior abundância? 16. Se tem juiz ordinário, etc., câmara, ou se está sujeita ao governo das justiças de outra terra, e qual é esta? 17. Se é couto, cabeça de concelho, honra, ou behetria? 18. Se há memória de que florescessem, ou dela saíssem, alguns homens insignes por virtudes, letras, ou armas? 19. Se tem feira, e em que dias, e quantos dura, se é franca ou cativa? 20. Se tem correio, e em que dias da semana chega e parte; e, se o não tem, de que correio se serve, e quanto dista a terra onde ele chega? 21. Quanto dista da cidade

⁶⁷ ANTT, *Manuscritos da Livraria*, cod. 1194.

capital do bispado, e quanto de Lisboa, capital do reino? Se tem algum privilégio, antiguidades, ou outras cousas dignas de memória? 22. Se há na terra, ou perto dela alguma fonte, ou lagoa célebre, e se as suas águas tem alguma especial qualidade? 23. Se for porto de mar, descreva-se o sítio que tem por arte ou por natureza, as embarcações que o frequentam e que pode admitir? 24. Se a terra for murada, diga-se a qualidade de seus muros; se for praça de armas, descreva-se a sua fortificação. 25. Se há nela, ou no seu distrito algum castelo, ou torre antiga, e em que estado se acha ao presente? 26. Se padeceu alguma ruína no terramoto de 1755, e em quê, e se está reparado? 27. E tudo o mais que houver digno de memória, de que não faça menção o presente interrogatório?

Na segunda parte do inquérito, pretendia-se saber sobre a serra o seguinte:

1. Como se chama?
2. Quantas léguas tem de comprimento, e quantas de largura; onde principia, e onde acaba?
3. Os nomes dos principais braços dela?
4. Que rios nascem dentro do seu sítio, e algumas propriedades mais notáveis deles; as partes para onde correm, e onde fenecem?
5. Que vilas e lugares estão assim na serra, como ao longo dela?
6. Se há no seu distrito algumas fontes de propriedades raras?
7. Se há na serra minas de metais, ou canteiras de pedra, ou de outros materiais de estimação?
8. De que plantas, ou ervas medicinais é a serra povoada, e se se cultiva em algumas partes, e de que géneros de frutos é mais abundante?
9. Se há na serra alguns mosteiros, igrejas de romagem, ou imagens milagrosas?
10. A qualidade do seu temperamento?
11. Se há nela criações de gados, ou de outros animais, ou caça?
12. Se tem alguma lagoa, ou fojos notáveis?
13. E tudo o mais que houver digno de memória?

Sobre os rios foram colocadas vinte questões onde se procura-se saber: 1. Como se chama, assim o rio, como o sítio onde nasce? 2. Se nasce logo caudaloso, e se corre todo o ano? 3. Que outros rios entram nele, e em que sítio? 4. Se é navegável, e de que embarcações é capaz? 5. Se é de curso arrebatado, ou quieto, em toda a sua distância, ou em alguma parte dela? 6. Se corre de norte a sul, se de sul a norte, se de poente a nascente, se de nascente a poente? 7. Se cria peixes, e de que espécie são os que traz em maior abundância? 8. Se há nele pescarias, e em que tempo do ano? 9. Se as pescarias são livres, ou de algum senhor particular, em todo o rio, ou em alguma parte dele? 10. Se se cultivam as suas margens, e se tem muito arvoredo de fruto ou silvestre? 11. Se tem alguma virtude particular as suas águas? 12. Se conserva sempre o mesmo nome, ou o começa a ter diferente em algumas partes, e como se chamam

estas, ou se há memória de que em outro tempo tivesse outro nome? 13. Se morre no mar, ou em outro rio, e como se chama este, e o sítio em que entra nele? 14. Se tem alguma cachoeira, represa, levada, ou açudes que lhe embaracem o ser navegável? 15. Se tem pontes de cantaria, ou de pau, quantas e em que sítio? 16. Se tem moinho, lagares de azeite, pisões, noras ou outro algum engenho? 17. Se tem algum tempo, ou no presente, se tirou ouro das suas areias? 18. Se os povos usam livremente das suas águas para a cultura dos campos, ou com alguma pensão? 19. Quantas léguas tem o rio, e as povoações por onde passa, desde o seu nascimento até onde acaba? 20. E qualquer outra cousa notável que não vá neste interrogatório.

Segundo José Viriato Capela, as respostas ao inquérito das “Memórias de 1758” são o resultado da resposta direta dos párocos à grelha das perguntas, que muitos deles já conheciam de anteriores inquirições.⁶⁸ Estas fixaram ainda testemunhos e reflexões sobre o acontecimento, sendo perceptível em alguns registos a mudança e, sobretudo, os sentidos as novas diretrizes políticas e religiosas, que se viveram à época em Portugal, principalmente quando se referem à intromissão e ação ofensiva da Coroa sobre a Igreja e o estado eclesiástico.⁶⁹

Algumas das respostas, particularmente as redigidas por aqueles párocos de cultura e literatura superior, denotam uma tensão administrativa, política e religiosa.⁷⁰ Ainda segundo Viriato Capela, as respostas realçam alguns contrastes das posições e atitudes perante as posturas e manifestações que tomam os sentimentos e práticas religiosas das populações face ao terramoto. Nuns casos, de forte apoio aos movimentos de práticas religiosas, noutros, em reação de contenção dos excessos dessas práticas piedosas. As respostas ao inquérito permitem perceber algumas ações e comportamentos religiosos das populações face à calamidade.

Em síntese, a ruína da capital do reino, sequela visível do grande terramoto de 1755, traduzida na imensidão de mortos e feridos, no caos urbano e na angústia dos sobreviventes, provocou concomitantemente a imagem de um fenómeno enigmático de sinistra memória. Nos tempos que se seguiram ao terramoto de novembro de 1755, a Igreja desempenhou, a par do Estado, um papel de ordem e de integração social deveras importante. Mas, se a conjugação de esforços, na execução das medidas de imediato tomadas, obtivera pronta resposta, não houve idêntica sintonia quanto à

⁶⁸ Pode ler-se mais em Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, op. cit. pp. 20-22.

⁶⁹ Capela, José Viriato; Matos, Henrique, op. cit, p. 109.

⁷⁰ ANTT, *Instrumentos de Descrição, Índice do Dicionário Geográfico ou Memórias Paroquiais*, Cópia microfilmada, mf. 2301.

origem da catástrofe. O tempo era de inteira religiosidade, fundamento do sentir colectivo que modelava o quotidiano da população. Ética, espiritual e socialmente, o homem culto e o ignorante, a gente poderosa e a humilde recebiam do magistério eclesiástico um conteúdo doutrinário vivo e interveniente. Porém, as reacções, logo surgidas, acusavam uma tríplice orientação mental: a dos filósofos, tocada pela procura de objetividade científica, a dos políticos, impregnada de pragmatismo e a dos crentes arreigados a uma conduta de exclusiva dependência da sua fé e obcecada pela garantia da salvação eterna, dependente da coerência entre a fé e as obras.⁷¹

O terramoto está associado a um novo salto sobre um longo ciclo de evocação de aparições e milagres envolvendo a Virgem, convidando à conversão e reza do Rosário, de que as Memórias Paroquiais fazem eco.⁷² A Virgem Maria, padroeira de Portugal, terá livrado os portugueses das águas do mar, dos ladrões que apesar de saquearem os bens, não lhes retiraram a vida e do fogo, que, apesar de tudo destruir, não lhes retirou a vida.⁷³ Estes pensamentos levam-nos a refletir, na comprovação empírica da capacidade humana de adaptação, mesmo em situações de adversidade.⁷⁴ Podemos dizer que, à volta destas três devoções mais gerais, se cristalizaram e reforçaram as práticas de religiosidade coletivas das comunidades paroquiais portuguesas naqueles tempos tenebrosos.⁷⁵

⁷¹ Marques, João Francisco, “A acção da igreja no terramoto de Lisboa de 1755: ministério espiritual e pregação”, *Lusitana Sacra*, 2ª Série, nº18, (Lisboa, 2006), p. 324.

⁷² A história do culto à Virgem Maria tem as suas raízes na Sagrada Escritura e o seu início logo nos primeiros tempos da Igreja. Com a proclamação da maternidade divina de Maria no Concílio de Éfeso, em 431, o culto desenvolve-se de forma excepcional, assinalado união cada vez mais forte à cristologia e à eclesiologia. Quer em textos litúrgicos quer ascéticos, Maria é valorizada como exemplo de santidade para os cristãos. Azevedo, Carlos A. Moreira, op. cit. vol. P-V, p. 445.

⁷³ Cameira, Maria Cecília, op. cit., p. 321.

⁷⁴ Saraiva, Rute, “A abordagem comportamental do direito e da economia das catástrofes naturais”, Gomes, Carla Amado (coord.); Saraiva, Rute Gil, *Actas do colóquio, Catástrofes Naturais: uma realidade multidimensional*. Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico Políticas, 2013, p. 101.

⁷⁵ Capela, José Viriato; Matos, Henriques, op. cit., p. 111.